

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

**TERMOS ADITIVOS - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
JANEIRO/2019**

Nº do Convênio	Objeto do Convênio	Convenente(s)	Nº do Aditivo	Objeto do Aditivo	Data da Publicação	Valor Total
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
s/n	Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenentes, para o funcionamento das Promotorias de Justiça de Ipirá (01 servidor)	Município de Ipirá	2	Prorrogação do prazo de vigência (de 19/12/2018 a 18/12/2020) e adequação do plano de trabalho	11/01/2019	Não se aplica
s/n	Estabelecer a cooperação entre os partícipes que reciprocamente se empenham para implementar ações de inclusão sócia e atendimento às comunidades populares no município de Salvador	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	2	Prorrogação do prazo de vigência (de 28/08/2018 a 27/08/2020)	03/09/2018	Não se aplica
s/n	Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenentes, para o funcionamento da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga (01 servidor)	Município de Paripiranga	2	Prorrogação do prazo de vigência (de 29/01/2019 a 28/01/2021)	25/01/2019	Não se aplica
s/n	Estimular a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação" (MPEDUC) em municípios do Estado da Bahia, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República	Ministério Público Federal - MPF, através da Procuradoria da República na Bahia	1	Prorrogação automática do prazo de vigência (de 17/12/2018 a 17/12/2019)	01/02/2019	Não se aplica

Fonte da informação: SGA/DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Data da última atualização: 08/02/2019

(a) – Informar o número do convênio principal.

(b) – Informar o objeto do convênio principal.

(c) – Informar o(s) nome(s) do(s) Convenente(s).

(d) – Informar o número do Termo Aditivo.

(e) – Informar o objeto do Termo Aditivo (Exemplo: prorrogar a vigência por mais 12 meses; reajuste do convênio etc).

(f) – Data da publicação do Termo Aditivo nos meios de informações devidos. Exemplo: Diário Oficial, jornais de grande circulação.

(g) – Informar o valor total do Termo Aditivo.

FUNDAMENTO LEGAL: Resolução CNMP n° 86/2012, art. 5°, Inciso II, alíneas "g" e "h"; Lei Complementar n° 101/2000, art. 48-A, Inciso I; e Lei n° 12.527/2011, art. 8°, §1°, Inciso IV.